

YEARBOOK 2014
PORTUGUESE/SPANISH EDITION

AGENTES E VOZES

UM PANORAMA DA
MÍDIA-EDUCAÇÃO NO
BRASIL, PORTUGAL E
ESPANHA

Ed. Ilana Eleá

The International Clearinghouse on
CHILDREN, YOUTH & MEDIA
at NORDICOM, University of Gothenburg

Yearbook 2014
Portuguese/Spanish Edition

Agentes e Vozes

Um Panorama da Mídia-Educação no Brasil, Portugal e Espanha

Editor: Ilana Eleá

© Editorial matters and selections, the editor; articles, individual contributors

ISSN 1651-6028
ISBN 978-91-86523-90-9

Published by:
The International Clearinghouse on Children, Youth and Media
Series editor: Ulla Carlsson

Nordicom
University of Gothenburg
Box 713
SE 405 30 Göteborg
Sweden

Cover by: Karin Persson

Printed by: Taberg Media Group AB, Taberg, Sweden, 2014



Índice

Ilana Eleá

Introdução 9

BRASIL

I. Crianças, jovens e mídia

Gilka Girardello

Crianças fazendo mídia na escola. Desafios da autoria e da participação 21

Rosalia Duarte, Rita Migliora & Maria Cristina Carvalho

Narrativas e desenvolvimento de habilidades de uso de mídias digitais 29

Rita Marisa Ribes Pereira & Nélia Mara Rezende Macedo

Pesquisa com crianças na cibercultura. Desafios éticos, teóricos e metodológicos 39

II. Mídia-educação: Políticas públicas, propostas curriculares e formação de professores

Monica Fantin

Contextos, perspectivas e desafios da mídia-educação no Brasil 49

Alexandra Bujokas de Siqueira

Mídia-educação na formação de professores. A experiência da Universidade Federal do Triângulo Mineiro a partir da proposta da UNESCO 59

III. Panorama de práticas no Brasil

Lyana Thédiga de Miranda

Mídias, reflexão e ação. Um panorama das atividades mídia-educativas em contextos formais e informais de educação brasileira 71

Leunice Martins de Oliveira

Mídias na educação. Fortalecimento de identidades e de direitos 79

Adriana Fresquet

Escolas de cinema em escolas públicas do Rio de Janeiro 87

Mídias, reflexão e ação

Um panorama das atividades mídia-educativas em contextos formais e informais de educação brasileira

Lyana Thédiga de Miranda

Experiências em mídia e educação no Brasil: um breve panorama nacional

Desde a década de 1960, diversos são os esforços para compreender as possibilidades práticas e teóricas que abarcam o arrolamento entre comunicação e educação no Brasil. Uma variedade de acepções, tais como *mídia-educação*, *educação para as mídias*, *educomunicação*, entre outras, compõem um quadro de referência que caracteriza ações de formação, intervenções e pesquisas situadas nessa interface. Em comum, a abordagem crítica, criativa e participativa na relação de crianças, jovens e adultos com as mídias e tecnologias comunicacionais.

A partir do percurso histórico de atuação e reflexão desse campo ainda em construção (Fantin, 2006; Belloni, 2009, 2012; Girardello & Orofino, 2012; Soares, 2013), delinea-se, neste texto, um cenário da relação entre educação e comunicação tal como ele se apresenta hoje no país. Com um caráter descritivo e ao mesmo tempo objetivo, o texto apresenta pontos-chaves que englobam temas sobre práticas mídia-educativas¹, que atravessam a educação formal e informal, de forma didática e sem a pretensão de abranger o todo. São eles: *legislação e políticas públicas; organizações da sociedade civil, infância e práticas de consumo; currículo* e, por fim, *pesquisas acadêmicas*.

Legislação e políticas públicas

Diversas são as tentativas no que concerne às políticas públicas nos dois campos aqui em foco. No âmbito da Comunicação a busca é por uma Política Nacional de Comunicação, habilitada em reger os meios e veículos de mídia (emissoras de rádio e TV, mídia impressa, e internet), ainda pouco regulamentados no país², e

a comunicação social como um todo. Na Educação, está em tramitação o Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de artigos, metas, e estratégias a serem cumpridas nos próximos dez anos que enfatiza a erradicação do analfabetismo e a universalização escolar – das creches às universidades públicas –, uma demanda histórica na educação brasileira.

A intersecção entre educação e comunicação ocorre em programas interministeriais (Quartiero, Bonilla & Fantin, 2012) que versam sobre a adoção das tecnologias comunicacionais, sobretudo no âmbito escolar, em um esforço de “modernizar” as salas de aula. Entre os projetos governamentais, situamos o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)³, o programa Um Computador por Aluno⁴ e a continuidade com a adoção de *tablets*⁵, além de outros, como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)⁶, este com maior tempo de realização. Contudo, com a instauração de leis e ações fragmentadas, há um contraste entre as medidas de acesso às tecnologias digitais e as realizações que adotam uma visão integral da mídia-educação, culminando na incapacidade de dar corpo a um conjunto de políticas planejadas para a área.

Organizações da sociedade civil

No bojo da pulverização das políticas públicas para o setor no país, entidades da sociedade civil realizam iniciativas que se aproximam à mídia-educação. Nesse contexto, destacam-se as instituições que se configuram em redes, coletivos e publicações, como o trabalho desenvolvido pela Associação planetapontocom⁷, e por sua publicação, a revistapontocom⁸. São agentes que se reúnem com o objetivo de fortalecer, dar visibilidade e vitalidade à projetos que se mesclam ao âmbito formal de educação.

A Rede de Comunicação, Educação e Participação (Rede CEP) reúne um grupo de organizações não-governamentais (ONGs) espalhadas pelo país, dedicando-se aos projetos, metodologias e publicações – como o guia *Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo!* (Rede CEP 2010) –, que buscam ser uma base para a implementação de políticas públicas na área. Atualmente a rede se institui em uma gestão coletiva, composta por: Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência (Curitiba-PR)⁹; Cidade Escola Aprendiz (São Paulo-SP)¹⁰; Cipó – Comunicação Interativa (Salvador-BA)¹¹; Comunicação e Cultura (Fortaleza-CE)¹²; MOC – Movimento de Organização Comunitária (Feira de Santana-BA)¹³; Oficina de Imagens (Belo Horizonte-MG)¹⁴; Portal Bem TV (Rio de Janeiro-RJ)¹⁵; CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular (Rio de Janeiro-RJ)¹⁶; Saúde e Alegria (Santarém-PA)¹⁷; Auçuba – Comunicação e Educação (Recife-PE)¹⁸; Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (SP)¹⁹.

Com o objetivo de subsidiar as atividades escolares, a Rede CEP prestou assessoria ao *Programa Mais Educação*²⁰, do Ministério da Educação (MEC), e elaborou um manual – com base nas experiências realizadas – que auxilia nas ações em torno da comunicação e usos de mídias. Com o mesmo intuito, a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicador@s (RENAJOC)²¹, criou o guia *Mais Educomunicação* (RENAJOC, 2012)²², que incentiva o protagonismo dos jovens por meio da produção de conteúdo midiático, aplicando tal iniciativa no ambiente escolar. Entrelaçando tais projetos está o conceito de *Educomunicação* que, em linhas gerais, orienta ações, programas e produtos comunicacionais objetivando a promoção de práticas midiáticas educativas em uma educação para a cidadania (Soares, 2013).

Infância e práticas de consumo

Envolvidos com os direitos da comunicação aliados aos da infância, instituições como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)²³, e o Instituto Alana²⁴ promovem campanhas, incentivam a criação de conteúdos adequados às faixas etárias, orientam a postura dos profissionais da notícia – fiscalizando a produção e fomentando o debate sobre a necessidade de políticas públicas –, além de realizar trabalhos de pesquisa e estudos sobre questões que envolvem o público infanto-juvenil e as mídias.

A necessidade de legislação referente à publicidade e o consumo infantil, ainda sem regulação oficial para o setor no país, tramita nas esferas legislativas por meio de um projeto de lei 5921/2001, que visa regulamentar a comunicação mercadológica voltada a esse público. Para alimentar o debate, a Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP) criou a campanha *Somos Todos Responsáveis*²⁵, com a disponibilização de vídeos e cartilhas nos quais propõe um diálogo elucidativo e educativo sobre a questão. O debate alcança ainda o âmbito acadêmico, por meio de grupos de pesquisas dedicados ao tema. Complexa, a discussão ainda está longe de um consenso entre educadores, profissionais e pesquisadores da educação e comunicação.

Por iniciativa pública, a Classificação Indicativa, do Ministério da Justiça com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), realiza a seriação de obras audiovisuais (programas de TV, cinema, vídeo/DVD, jogos eletrônicos, espetáculos teatrais e musicais) de acordo com as faixas etárias (10, 12, 14, 16 e 18 anos), a ser indicada no início da exibição (Secretaria Nacional de Justiça, 2012). A Classificação Indicativa se baseia na responsabilidade compartilhada entre produtores, exibidores, poder público e a audiência, contando com a participação de toda a sociedade.

Currículo

É possível identificar ações educativas com as mídias sendo realizadas no dia-a-dia da escola, mas sem o caráter disciplinar que possibilitaria sua sistematização. Na falta de políticas orgânicas e referências curriculares, a ordenação das atividades mídia-educativas são realizadas em levantamentos e pesquisas científicas que retratam tais experiências, em uma interação entre academia-escola.

Destaque para esforços de mapeamento em pesquisas acadêmicas, como o levantamento crítico realizado em 83 escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental de Florianópolis (SC), visando conhecer as atividades com, sobre e/ou através das mídias ali realizadas (Pereira, 2008). Além desses, ressaltam-se as atividades mídia-educativas realizadas em oficinas, como o Projeto Redeci²⁶, de Minas Gerais, que desenvolve habilidades e promove reflexão por meio da produção em diversas mídias por alunos de escolas públicas. A importância das oficinas situa-se, sobretudo, na sua publicação, capaz de fomentar a discussão teórica e a prática pedagógica (Siqueira & Carvalho, 2013; Siqueira & Cerigatto, 2012).

No levantamento realizado na pesquisa Cultura digital e Escola (Fantin & Rivoltella, 2012), a temática foi identificada em disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, presentes na matriz curricular de diversas universidades com títulos e ementas diversificadas, porém com um viés mais instrumental, marcado pelo uso e apropriação das ferramentas e tecnologias.

Cabe ressaltar a implementação dos recém-criados cursos de licenciatura em Educomunicação, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e do curso de bacharelado em Comunicação com habilitação em Educomunicação, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB) (Soares, 2013). Enquanto esses promovem a formação de um profissional habilitado para a prática educacional na escola, criando um novo campo de atuação, aqueles, que apresentam a temática mídia-educativa na formação inicial, buscam capacitar todos os futuros professores, tornando-os também mídia-educadores em sua prática educativa cotidiana.

Sem se alinhar com as perspectivas apresentadas, o Curso de Licenciatura em Cinema e Audiovisual²⁷, oferecido desde de 2008 na Universidade Federal Fluminense (UFF), se intitula como uma capacitação para a docência neste campo, amparada no tradicional Curso de Cinema oferecido pela instituição.

Pesquisas Acadêmicas

Os grupos de pesquisa ligados às universidades de diferentes regiões do país somam diversas experiências que congregam a interação educação e comunicação em temas como o cinema, a cultura, o corpo e o movimento humano, os esportes, a infância, a televisão, a publicidade e o consumo, cultura digital,

entre outros. Grupos em destaque: Núcleo Infância, Comunicação Cultura e Arte (NICA/UFSC)²⁸; Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea²⁹ (GPIC/ProPEd/UERJ); Grupo de Estudos e Pesquisas em Infância e Mídia (GEPIM/UEL)³⁰; Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Adolescência e Mídia (GRIM/UFSC)³¹; Educamídia (UNB)³²; Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (Labomídia/UFSC)³³; Núcleo de Estudos sobre Mídia, Educação e Subjetividades (Nemes/UFRGS)³⁴; Grupo de Pesquisa, Educação e Mídia (Grupem/PUC-RJ)³⁵; Mídias, Educação, Cultura e Novas Cidades (UFTM/Unesp/Uniuibe)³⁶; Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC/UFBA)³⁷; Departamento de Comunicações e Artes da ECA/USP³⁸; Rede Kino³⁹, entre outros sediados em universidades brasileiras⁴⁰.

A diversidade dos grupos fomenta discussões e experiências socializadas nos Grupos de Trabalhos e Pesquisa (GT's e GP's) de eventos como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped)⁴¹ e o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)⁴².

Tendências: em busca de novos perfis

Além dos caminhos apontados, a articulação com as mídias digitais tem apresentado ao âmbito educacional novos desafios para a participação e a produção de forma crítica, criativa e responsável. As tendências que aliam mídias e educação aproximam tal relação, de forma definitiva, a outros campos como a cultura, a arte e mais recentemente, a cultura digital.

Projetos que buscam o financiamento coletivo na rede⁴³, páginas online criadas intuitivamente, notícias publicadas à distância de um clique – sem intermédio de grandes veículos de mídia, produtoras, organizações, editoras, ou mesmo a mediação educativa – apontam para uma nova perspectiva que mostra à interface educação-comunicação um caminho marcado pela diversidade, engajamento, colaboração e pertencimento. Contudo, a forma de trilhá-lo é que continuará sendo “a” questão.

Nessa visão panorâmica das atividades mídia-educativas no Brasil, as miscelâneas, os atravessamentos e as influências, em contextos macro e micro, buscam a consolidação de uma postura cidadã. Prática nem sempre consagrada, mas criadora de nuances particulares que geram resultados dinâmicos e específicos, como demonstram os textos a seguir. Relatos nos quais será possível entrelaçar o *afeto no olhar dos jovens* à diversidade cultural – *branca, negra e indígena* – que nos compõem, e aliá-los a diferentes *pontos de vista e escuta*.

Notas

1. Nos referimos às ações/reflexões que se localizam na interface educação-comunicação como práticas *mídia-educativas* apenas como recurso de coerência textual sem, contudo, desconside-
derar a polifonia que tal termo apresenta.
2. A regulamentação sobre os veículos de rádio e telecomunicações no país foi promulgada na
década de 1960, quando o país ainda vivia sob uma ditadura. Atualmente, proposições como o
Marco Civil da Internet (PL 2126/2011), que determina garantias, direitos e deveres do usuário,
tramita nas esferas legislativas federais. [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetra-
mitacao?idProposicao=517255](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetra-
mitacao?idProposicao=517255)
3. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15808;programa-
banda-larga-nas-escolas&catid=193;seed-educacao-a-distancia](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15808;programa-
banda-larga-nas-escolas&catid=193;seed-educacao-a-distancia)
4. <http://www.uca.gov.br/institucional/>
5. <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/produtos/tablet-educacional>
6. <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=462>
7. <http://planetapontocom.org.br/institucional/>
8. <http://www.revistapontocom.org.br/>
9. <http://ciranda.org.br/>
10. <http://cidadeescolaaprendiz.org.br/>
11. <http://www.cipo.org.br/portal/>
12. <http://www.comcultura.org.br/>
13. <http://www.moc.org.br/>
14. <http://www.oficinadeimagens.com.br/home/>
15. <http://www.bemtv.org.br/portal/>
16. <http://www.cecip.org.br/>
17. <http://www.saudeealegria.org.br/>
18. <http://www.aucuba.org.br/portal/?pagina=home>
19. <http://www.usp.br/nce/?wcp=/quemparticipa/lista,5,15,16>
20. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115
21. <http://renajoc.org.br/>
22. O Mais Educomunicação é um projeto desenvolvido em parceria com a ONG Viração Educo-
comunicação (<http://www.viracao.org>) e o Instituto C&A (<http://www.institutocea.org.br>).
23. <http://www.andi.org.br/>
24. <http://alana.org.br/>
25. <http://www.somostodosresponsaveis.com.br/>
26. <http://www.uftm.edu.br/redeci/>
27. http://www.uff.br/iacs/site/grad_cinema_audio_lic.html
28. <http://www.nica.ufsc.br/>
29. <http://www.gpicc.pro.br>
30. <http://www.uel.br/ceca/spg/pages/comunicacao/comunicacao-popular.php>
31. <http://www.grim.ufc.br/>
32. <http://www.educamidia.unb.br>
33. <http://labomidia.ufsc.br>
34. <http://www.ufrgs.br/nemes/>
35. <http://grupem.pro.br/>
36. <http://midedcult.wordpress.com/quem-somos/>
37. <http://www.gec.faced.ufba.br/twiki/bin/view/GEC>
38. <http://www.cca.eca.usp.br/educom>
39. <http://redekino.com.br>
40. Os grupos assumem diversos pressupostos da relação educação e comunicação.
41. <http://www.anped.org.br/>
42. <http://www.portalintercom.org.br/index.php>
43. Destaque para a realização do vídeo Guarani Kaiowa (<http://catarse.me/pt/kaiowa>), do projeto
Vídeo na Aldeias (<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>), e do documentário Quando sinto
que já sei (<http://catarse.me/pt/quandosintoquejasei>)

Referências

- Bévort, E. & Belloni, M. L. (2009). Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. *Revista Educação e Sociedade*, (30), 1081-1102.
- Belloni, M. L. (2012). Mídia-educação: contextos, histórias, interrogações. In: M. Fantin & P.C. Rivoltella (Orgs.) (2012). *Cultura digital e escolar: Pesquisa e formação de professores* (p.p. 31-56). Campinas, SP: Papirus.
- Fantin, M. & Rivoltella, P. C. (Orgs.) (2012). *Cultura digital e escolar: Pesquisa e formação de professores*. Campinas, SP: Papirus.
- Fantin, M. (2006). *Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália*. Florianópolis, SC: Cidade Futura.
- Girardello, G. & Orofino, M. I. (2012). Crianças, cultura e participação: um olhar sobre a mídia-educação no Brasil. *Comunicação, Mídia e Consumo* (9), 73-90.
- Pereira, S. C. (2008). *Mídia-educação no contexto escolar: mapeamento crítico dos trabalhos realizados nas escolas do ensino fundamental em Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Projeto de Lei 2126/2011. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- Projeto de Lei 5921/2001. Proíbe a publicidade / propaganda para a venda de produtos infantis.
- Quartiero, E.; Bonilla, M.H. & Fantin, M. (2012). Políticas para la inclusión de las TIC em las escuelas públicas brasileñas: contexto y programas. *Campus virtuales*, 1 (1), 115 – 126.
- Rede de Comunicação, Educação e Participação (Rede CEP) (2010). *Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! Sistematização da Experiência em Educomunicação*. http://www.unicef.org/brazil/pt/br_educomunicacao.pdf
- Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (RENAJOC) (2012). *Guia Mais Educomunicação: Orientações, conceitos e metodologias para subsidiar as ações*. <http://www.institutocea.org.br/midiateca/188/publicacao/guia-mais-educomunicacao.aspx>
- Secretaria Nacional de Justiça (2012). *Classificação Indicativa – Guia Prático*. <http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B981E1E6C-C5B8-401F-9F34-79D2689B4AED%7D&ServiceInstUID=%7B59D015FA-30D3-48EE-B124-02A314CB7999%7D>
- Siqueira, A. B. & Carvalho, L. C. S. (2013). Experiências de mídia-educação: estudando a fotografia no Ensino Médio. *Pro-Posições*, 24(3), 117-138.
- Siqueira, A. B. & Cerigatto, M. P. (2012). Mídia-educação no Ensino Médio: por que e como fazer. *Educar em Revista*, (44), 235-254.
- Soares, I. O. (2013). Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In J.C.G.R. Lima & J.M. Melo (Orgs.) *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil: 2012/2013* (pp. 169-202). Brasília: Ipea.